

Faculdade
de Ciências Econômicas
UFRGS

análise econômica

• **MONETARY OVERHANG AND REFORMS
IN THE 1940s**
Rüdiger Dornbusch
Holger Wolf

• **ALTA INFLAÇÃO E ESTABILIZAÇÃO:
GRADUALISMO OU TRATAMENTO DE
CHOQUE**
Fernando J. Cardim de Carvalho

• **A ABORDAGEM MICROECONÔMICA DA
INDEXAÇÃO SALARIAL**
Giácómo Balbinotto Neto

• **“OS NEO-RICARDIANOS” DE FRANK
HAHN**
Roberto Camps Moraes

• **OS NEO-RICARDIANOS**
Frank Hahn

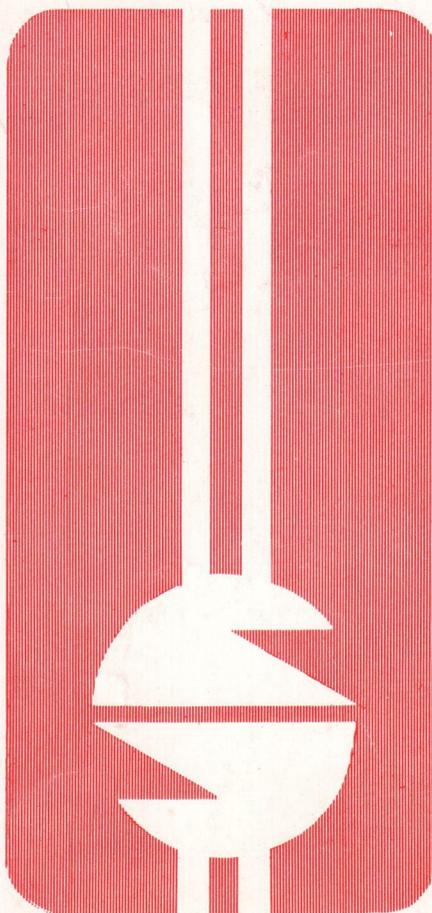
• **INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA E OS GASTOS
EM ALIMENTOS**
João Rogério Sanson

• **CONSIDERAÇÕES SOBRE A REFORMA
TRIBUTÁRIA**
Raymundo Guimarães

• **EFEITOS ESPACIAIS DA AUTOMAÇÃO
BANCÁRIA**
Moema Castro Debiagi
Otília Beatriz Kroeff Carrion

• **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A
QUESTÃO AMBIENTAL**
Ademar Ribeiro Romeiro

• **CONSIDERAÇÕES SOBRE A
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**
Nail de Jesus de Souza



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Reitor: Prof Tuiskon Dick
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Diretora: Profª Yeda Rorato Crusius
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS
Diretor: Reinaldo Ignacio Adams
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Chefe: Prof. Pedro Cezar Dutra Fonseca
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
Coordenador: Prof. Nali de Jesus de Souza
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL
Coordenador: Prof. Atois Freitas Grawunder

CONSELHO EDITORIAL: Achyles Barcelos da Costa, Aray Miguel Fel- dens, Atois Freitas Grawunder, Carlos Augusto Crusius, Ermani Hick- mann, João Rogério Sanson, Juvir Luiz Mattuella, Maria Imilda da Costa e Silva, Nali de Jesus de Souza, Nuno Renan Lopes de Figueiredo Pin- to, Otilia Beatriz Kroeff Carrion, Otto Guilherme Konzen, Paulo Alexan- dre Spohr, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Reinaldo Ignacio Adams, Rober- to Camps Moraes, Valter José Stülp, Yeda Rorato Crusius, David Gar- low (Wharton Econometrics Forecasts Association, E.U.A.), Edgar Au- gusto Lanzer (UFSC), Eleutério F. S. Prado (USP), Fernando Holanda Barbosa (FGV/RJ), Gustavo Franco (PUC/RJ), Joaquim Pinto de Andra- de (UNB), Juan H. Moldau (USP), Werner Baer (Univ. de Illinois, E.U.A.)

COMISSÃO EDITORIAL: Atois Freitas Grawunder, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Reinaldo Ignacio Adams e Roberto Camps Moraes.

EDITOR: Nali de Jesus de Souza

SECRETARIA: Maria Ivone de Mello (normalização), Vanete Ricacheski (revisão de textos), Zélide Bregalda (Secretária)

FUNDADOR: Prof. Antônio Carlos Santos Rosa

Os materiais publicados na revista **Análise Econômica** são de ex- clusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução total ou parcial dos trabalhos, desde que seja citada a fonte.

Aceita-se permuta com revista congêneres. Aceitam-se, também, livros para divulgação, elaboração de resenhas ou resenhas.

Toda correspondência, material para publicação (vide normas na 3ª capa), assinaturas e permutas devem ser dirigidos ao seguinte desti- natário:

PROF. NALI DE JESUS DE SOUZA
Revista **Análise Econômica**
Av. João Pessoa, 52
90.040 – PORTO ALEGRE (RS), BRASIL
Telefones: (0512) 28.1633; 24.6022 – Ramais 3440 e 3507
FAX: (0512) 25.1067

EFEITOS ESPACIAIS DA AUTOMAÇÃO BANCÁRIA*

Moema Castro Debiagi
Otilia Beatriz Kroeff Carrion**

SINOPSE

Neste artigo, a questão tecnológica é abordada sob a ótica da análise do espaço. Inicialmente, é examinado o contexto em que vêm ocorrendo mudanças na estruturação geral do território, diante da crescente incorporação de novas tecnologias. Após, são feitas algumas considerações a respeito dos impactos espaciais mais prováveis, no âmbito da cidade, decorrentes do aprofundamento do processo de automação bancária.

1. INTRODUÇÃO

Embora inexistam uma relação direta entre, de um lado, mudança tecnológica e organização do trabalho e, de outro, estruturação do espaço, observa-se que, com o advento de um novo paradigma tecnológico, de base microeletrônica, vêm ocorrendo modificações importantes na organização do território, em seus diversos níveis – mundial, regional e local.

Além disso, novas tecnologias têm apresentado ampla possibilidade de aplicação, atingindo praticamente todas as esferas da atividade humana, tanto de natureza produtiva (uso industrial, bancário, etc.) quanto não diretamente vinculadas à produção (uso pessoal e doméstico, ensino e pesquisa, administração pública, planejamento urbano – controle de tráfego, por exemplo). Não obstante, sua difusão tem-se dado em condições limitadas, circunscrita a determinadas esferas, nos países da periferia do sistema capitalista.

Analisar essas circunstâncias e verificar algumas consequências das inovações mais recentes constitui o objetivo de um projeto de pes-

* Versão preliminar foi apresentada no IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, Salvador – Bahia, maio de 1991.

** Respectivamente, Arquiteta e Economista; Professoras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

ANÁLISE ECONÔMICA	ANO 9	Nº 16	SETEMBRO, 1991	P.131-140
-------------------	-------	-------	----------------	-----------

quiza que estamos desenvolvendo, tendo como referência inicial o processo de automação bancária ora em curso. Pretendemos avaliar, num primeiro momento, os efeitos desse processo nos requisitos de localização e na demanda por espaço concernentes à atividade bancária. Posteriormente, o estudo poderá ampliar-se, passando a abranger outros segmentos da atividade de serviços, bem como examinar algumas especificidades próprias ao setor industrial.

Delineada essa perspectiva, na primeira parte do texto são retomadas algumas questões relativas à discussão sobre tecnologia e espaço que haviam sido abordadas em artigo anterior (Carrion & Debiagi, 1990). Na segunda parte, procuramos situar a análise no contexto local e aprofundar aspectos relacionados ao objeto imediato de pesquisa proposto.

2. MUDANÇAS TECNOLÓGICAS E REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO

Não se pode ignorar o papel que desempenham as novas tecnologias de informática e comunicação em nosso dia-a-dia. Superam-se, com grande rapidez, limitações impostas pelo tempo e pelo espaço, rompendo conceitos e hábitos que relacionam os homens entre si e com seu meio ambiente. A presença física, o contato direto tende a ser substituído por sistemas de som e imagem, transformando tendências de deslocamentos e de organização da vida cotidiana. Ainda que esta realidade não seja acessível a todos, sobretudo em países do Terceiro Mundo, não deixa de ser uma perspectiva que baliza e afeta, de algum modo, a vida de cada um e do conjunto da sociedade.

Se essas mudanças levam os indivíduos a alterarem seus hábitos, sem dúvida têm um efeito muito mais intenso sobre os agentes econômicos, que tendem, com maior rapidez ainda, a incorporar os avanços tecnológicos, modificando ritmos e rotinas de trabalho.

É preciso ter em conta, além disso, que essas mesmas tecnologias que estão transformando o cotidiano dos indivíduos e a lógica de organização das empresas deverão, obrigatoriamente, refletir-se nas formas de estruturação do espaço. O estudo da interação entre tecnologia e espaço supõe, de um lado, considerar-se as relações sociais de produção que embasam a dinâmica de organização do território; de outro, a influência de aspectos sociais, culturais e ideológicos que, por vários modos, também afetam a configuração espacial.

A separação do produtor de seus meios de produção, que se traduz pela alienação do trabalho, reflete-se cultural e ideologicamente e pode acentuar-se com o avanço tecnológico. Isso provoca um distanciamento progressivo do trabalhador em relação ao seu produto, já que a divisão

do trabalho na fábrica limita-o a operações isoladas, e as novas tecnologias aceleram a perda de controle do processo de produção.

Conquanto inexista uma relação direta entre inovações tecnológicas e espaço, uma vez que este apresenta evidente resistência a mudanças muito rápidas e acentuadas, em face das características próprias ao meio físico e do alto custo das imobilizações, deverão produzir-se, com o tempo, efeitos espaciais importantes decorrentes da adoção de novas tecnologias. Como tais efeitos costumam ser mediados e, mesmo, antecipados por alterações na própria organização da sociedade, cabe, antes do mais, examinarmos o contexto econômico-social em que inovações vêm sendo introduzidas, bem como o papel reservado aos países periféricos nessa dinâmica.

No pós-guerra, assistiu-se a uma fase de expansão da economia capitalista, em nível mundial, sustentada na produção e na ampla difusão de artigos estandarizados, que se destinavam ao consumo de massa: era a época do "welfare state". Rattner (1988) destaca a importância assumida, nesse período, pelas corporações e conglomerados transnacionais, que passaram a liderar essa etapa de crescimento através do controle e da criação de novos mercados e, sobretudo, de novas tecnologias, elemento decisivo na expansão e também na crise.

Ao final da década de 60, iniciou-se uma fase recessiva, causada pelo esgotamento do modelo fordista de industrialização¹, sustentado na produção de artigos padronizados (de consumo de massa) e que se baseia na utilização de tecnologias rígidas, concentradoras de capital (busca de ganhos de escala), altamente poluentes e que ocasionam grande desperdício de energia. Novas tecnologias, de base microeletrônica, permitem adequar a oferta às condições e exigências do mercado em tempos de crise, através da adoção de sistemas flexíveis de produção (ou automação flexível, em substituição à automação rígida da fase anterior).

Tais processos se caracterizam pela utilização de máquinas e equipamentos que podem ser adaptados (reprogramados) com relativa facilidade e rapidez (via "software" basicamente). Além das vantagens inerentes (especialização flexível, maior precisão e qualidade, redução das economias de escala, etc.), diminui o ritmo de obsolescência dos equipamentos, uma vez que estes podem ser adaptados a diferentes condições, produtos e modelos, ou seja, tornam-se multifuncionais, sendo capazes de atender a uma demanda crescentemente segmentada.

Do ponto de vista da organização e da gestão do trabalho, o novo paradigma exige padrões diversos dos tradicionais (baseados no taylorismo e no fordismo), conforme destacam Tauile (1989) e Rattner (1988a).

¹ Uma caracterização desse modelo pode ser encontrada em Lipietz (1988).

Segundo Lipietz (1988), a crise configurada a partir do final dos anos 60 provocou a expansão da base geográfica do fordismo para a periferia do sistema capitalista. Constituem expressão disso o crescimento dos países de industrialização recente – os “newly industrialized countries” ou, simplesmente, NICs – a partir da década de setenta, com o deslocamento de muitas indústrias “mão-de-obra padronizadas” para essas áreas e com a emergência de uma “nova divisão internacional do trabalho”, baseada na partição, de tipo fordiano, entre concepção, de um lado, e fabricação (qualificada e não qualificada) de outro.

Essa expansão do fordismo para a periferia teria duas motivações básicas. Primeiro, a busca de regiões e/ou países com salários mais baixos, tendo em vista compensar perdas de produtividade decorrentes do declínio da organização industrial fordista. A existência de um operariado pouco organizado nessas áreas, comparativamente aos países centrais, somada à atuação bem mais limitada dos sindicatos e, por vezes, à ocorrência de regimes políticos fortes, senão ditatoriais, completam esse quadro. Segundo, a necessidade de conquistar e de consolidar novos mercados (por vezes sujeitos a forte protecionismo) explicaria, em parte, esse processo de deslocamento de indústrias, ou de etapas de processos industriais, para países da periferia.

A industrialização da periferia nos anos setenta fez-se no contexto de expansão das empresas transnacionais, que buscavam alternativas à crise que se aprofundava, transferindo a países do Terceiro Mundo o modelo fordista de organização industrial, com base, muitas vezes, em tecnologias já obsoletas no centro do capitalismo. Essa expansão deu-se, além disso, às custas de um enorme endividamento externo por parte dos países receptores, que aderiram a esse novo movimento do capital industrial em escala mundial. Coexistem, dessa forma, tecnologias avançadas e convencionais.

O “fordismo periférico”² incorpora, nos países onde se instala (tais como Brasil, México e Coréia), alguns dos traços do fordismo central: organização científica do trabalho, segmentação de funções (separação entre as fases de concepção e as de fabricação) e economias de escala (produção mecanizada de artigos padronizados). Não obstante, desenvolve-se em condições próprias a países de Terceiro Mundo, ou seja, sem a correspondente incorporação da massa de trabalhadores assalariados ao mercado de bens de consumo, como ocorre no fordismo clássico. É, nesse sentido, um fordismo limitado, que produz para um mercado de altas rendas (classe média alta e classe alta) e para o Exterior.

A ampla difusão de novas tecnologias nos países desenvolvidos reduziu grandemente a importância dos NICs em termos de vantagens

² Expressão utilizada por Lipietz (1988).

comparativas, especialmente no que se refere a níveis salariais, dado o progressivamente menor peso do componente salarial nos custos de produção. Regra geral, somente determinadas etapas de processos industriais automatizados (montagem sobretudo) se transferiram para essas regiões periféricas, e de forma limitada, ou seja, sem que isso representasse ou implicasse controle, sequer domínio, da tecnologia de ponta, considerando que constituem fases do processo produtivo intensivas em mão-de-obra, ainda que complementares de etapas totalmente automatizadas.

A adoção de processos crescentemente automatizados, em praticamente todas as fases da produção (inclusive montagem), fez diminuir, na década de oitenta, o interesse dos investidores estrangeiros por áreas periféricas do sistema capitalista, dada a expressiva redução do componente salarial na estrutura global de custos das empresas. Nesse sentido, fala-se, hoje, em “repatriação” de investimentos, de modo a reverter-se o movimento anterior, que ocasionou certa descentralização geográfica da produção em escala mundial.

As novas tecnologias de base microeletrônica permitem, de um lado, a adoção de sistemas flexíveis de produção, mais eficientes e mais facilmente adaptáveis às atuais condições de mercado. De outro, ampliam as possibilidades de contato e articulação dos diversos departamentos de uma mesma empresa, através do uso de computadores (sistema de produção integrada).

Por esse modo, estabelecem-se condições favoráveis, do ponto de vista técnico, à descentralização de unidades e/ou de etapas de processos produtivos, que se mantêm interligadas por modernos sistemas de transporte e comunicação. A menor dependência da proximidade física viabiliza uma gama maior de possibilidades de localização, na medida em que altera os requisitos locacionais das empresas nas diferentes escalas geográficas em que costumam atuar.

O deslocamento³ de inúmeras atividades e plantas industriais para países do Terceiro Mundo, ao longo dos anos setenta, é uma expressão das alternativas que se criaram.

Uma outra característica que acompanha as mudanças tecnológicas no âmbito da produção é a redução do tamanho médio das unidades produtivas, ocasionada pela maior flexibilidade dos equipamentos. Surgem, também, maiores possibilidades para a desintegração vertical (especialização interfirmas), e, em face disso, tende a ocorrer com maior frequência a prática da subcontratação, que é facilitada pelo uso de modernos

³ No sentido de uma redistribuição de funções, em face da nova divisão internacional do trabalho, e não apenas da mera transferência (relocalização) de equipamentos e plantas industriais.

meios de transporte e comunicação, visto que permitem a integração de firmas isoladas, mesmo à distância.

Há que se notar, além do mais, que o deslocamento de indústrias para regiões da América Latina e da Ásia, nos anos setenta, foi possível graças à existência prévia, nos países receptores, de uma infra-estrutura urbana compatível, de uma massa de trabalhadores disponível e adaptável ao emprego industrial, em moldes fordistas (e até tayloristas), e, também, de maciços investimentos feitos pelos governos nacionais na ampliação e na modernização dos serviços urbanos necessários à acumulação, às custas, na maioria das vezes, do endividamento externo.

Esse movimento acabou por reforçar, nesses países, tendências anteriormente existentes quanto, por exemplo, à excessiva concentração urbana nas grandes cidades e metrópoles, ao aumento das desigualdades sociais e regionais, à deterioração dos equipamentos coletivos, etc., a despeito de vir-se observando, em anos recentes, certa descentralização industrial (“desindustrialização”) em algumas metrópoles latino-americanas, tal como já vem se verificando no Brasil.⁴

A propósito, Lipietz (1989) comenta que um dos traços peculiares à industrialização dos NICs, em décadas recentes, foi o crescimento urbano intenso e, mesmo, explosivo nessas áreas do Planeta. Além dos aspectos tradicionalmente apontados (crescimento demográfico, êxodo rural, etc.) como responsáveis pela urbanização acelerada do Terceiro Mundo, esse autor acrescenta outro: o fordismo periférico só tem possibilidade de implantar-se e desenvolver-se nas metrópoles desses países periféricos, em face da escala de operação das empresas e das características da infra-estrutura exigida, em geral só encontrada em cidades de grande porte.

Ademais, deve-se considerar que, nesses países de industrialização recente, as elites nativas constituem mercado nada desprezível para os modernos produtos industriais e para o Terciário desenvolvido – serviços bancários especializados, serviços de informática, etc. – que se expandem com base na microeletrônica. A modernização de parte do Setor Terciário, em face das novas tecnologias, ocasiona mudanças na organização do espaço, sobretudo local, e reforça, por sua vez, tendências à polarização (de setores e de atividades especializadas), cuja expressão espacial é o aumento da segregação de atividades e, também, de segmentos sociais diversos.

⁴ Ver, a respeito, artigo de: ALONSO, José Antonio Fialho & BANDEIRA, Pedro Silveira. A desindustrialização de Porto Alegre: causas e perspectivas. *Ensaio FEE*: Porto Alegre: ano 9, v.1, p.3-28, 1988.

3. REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO LOCAL – UM ESTUDO SOBRE A AUTOMAÇÃO BANCÁRIA

Novas tecnologias alteram, sem dúvida, a organização do trabalho, as relações interindustriais, os fluxos de pessoas e mercadorias, etc. Isso não implica, no entanto, a transformação das relações sociais básicas, que têm como elemento caracterizador as formas, historicamente definidas, de propriedade dos meios de produção. Ainda assim, ocorrem modificações importantes no espaço, significa dizer que o espaço é suscetível a transformações, mesmo se tratando de mudanças parciais, restringidas, no interior de um mesmo modo de produção. Além disso, as novas tecnologias, em suas múltiplas aplicações, acabam por afastar mais ainda o trabalhador do produto de seu trabalho, cuja execução passa a ser mediada por máquinas “inteligentes”.

Mais do que nunca, o sistema de circulação de informações, dinheiro e mercadorias avança, com os recursos tecnológicos, no sentido de sua progressiva desmaterialização: imagens substituem o real e, inclusive, a moeda é substituída por registros contábeis computadorizados. O espaço como lugar é substituído pelo espaço de fluxos (Castells, 1986 e Virilio, 1987); há que repensar o significado do espaço nessa realidade.

No sentido de identificar as prováveis transformações em nível local, ou urbano, decidimos iniciar examinando as mudanças que vêm acontecendo no setor bancário. Também nesse setor, tecnologias como a telemática e a burótica⁵, além da informática, têm possibilitado alterar o processo de trabalho com vistas a uma maior produtividade. Há uma tendência para a redução do espaço necessário a arquivos, equipamentos e instalações em geral, bem como para a extinção de um grande número de empregos, a despeito da criação de novas funções e postos de trabalho – digitadores, programadores, analistas de sistemas, etc.

A literatura consultada indica que as modificações por incorporação de tecnologia, no setor bancário, dão-se em três frentes, que se constituem em novas formas de funcionamento do sistema, no que se refere a processos operacionais.

A primeira, quem tem sido denominada de retaguarda, parece constituir-se na fase inicial, obrigatória, da aplicação de tecnologia avançada. Trata-se da informatização dos procedimentos internos do banco, geração de banco de dados, informatização das agências e conexão das mesmas com a central de informações. Somente nesta etapa, há

⁵ Segundo Benakouche (1987), trata-se da incorporação de tecnologias apropriadas para registro de documentos em discos e/ou fitas, eliminando, com isso, a necessidade de arquivos bem como o manuseio direto com papéis, que podem ser reproduzidos, quando necessário, por várias tecnologias.

uma diminuição considerável no volume de papéis manuseados, chegando, segundo alguns, à redução de toneladas.

A segunda frente, usualmente denominada de “boca de caixa”, estabelece a ligação “on line” do caixa com o banco de dados, tornando imediata a informação e o registro das operações efetuadas.

A terceira frente é a externa, de uso do cliente, que também tem sido chamada de “self – service”. Esta oferece uma série de serviços, como caixa automático para saques e depósitos, cartões para pagamento de contas, movimento de contas e aplicações por telefone, e, finalmente, o “home-banking”, em que se estabelece conexão “on line” com o banco, permitindo ao cliente operar diretamente sua conta, aplicações, etc.

Pode-se, com base nisso, inferir algumas tendências quanto à localização e ao uso do espaço. Do ponto de vista interno do banco, ocorre uma significativa racionalização, com a informatização das operações, que reduz a necessidade de área e modifica o “lay-out” das agências.

O “coração” do banco passa a ser o CPD, que não tem, necessariamente, de localizar-se no centro da cidade; talvez, ao contrário, sua melhor localização seja fora das comumente congestionadas áreas centrais. Por outro lado, isto não significa que as sedes, com seus diretores e gerentes, afastem-se do centro; conectadas “on line” com as centrais de dados, deverão, não obstante, requerer espaços menores, embora mais bem equipados.

Do ponto de vista do usuário, esta série de serviços o torna mais independente, no sentido de poder escolher a melhor forma de acesso a informações e o modo de efetuar determinadas operações. De um lado, verifica-se uma maior dispersão ou multiplicação de pequenos postos de atendimento ao público, através dos quais o banco se relaciona com o cliente. De outro, a grande flexibilidade, que desatrela o cliente de um “ponto fixo” de operação, permite que o acesso aos serviços do banco possa se dar o mais próximo de onde o usuário se encontra, inclusive em casa ou no escritório. Isso ocasiona a redução de deslocamentos, em face da descentralização dos serviços, e, ainda, a substituição dos deslocamentos por fluxos, já que o acesso físico direto não é indispensável, sendo substituído por comunicações, através das mais variadas tecnologias.

O que se verifica em termos de transformações no setor bancário, que, sem dúvida, terão influência na organização da cidade, também já pode ser percebido, pelo menos como tendência, em relação a outros serviços e ao comércio.

Como ocorreu em outros tempos, as transformações que se evidenciam afetam diferentemente os vários segmentos sociais. Presenciamos, simultaneamente, tempos históricos diferenciados; as novas e velhas tecnologias convivem, lado a lado, no dia-a-dia de nossas cidades: o carro

último modelo e a carroça, as grandes obras viárias e os caminhos sem pavimentação constituem-se em apenas alguns exemplos.

No caso em questão, distinguem-se duas formas principais de desigualdade. De um lado, o acesso às novas tecnologias, que é comprometido pela renda, ou seja, um sem número de equipamentos e produtos que são colocados à disposição dos consumidores mas cujo consumo é limitado pela restrição de salário. De outro, serviços que não são utilizados por dificuldades de conhecimento dos usuários, que não sabem manejar certos equipamentos e/ou executar determinadas operações, isto é, uma segregação pelo conhecimento.

Ainda que esse possa ser um quadro provisório, é, sem dúvida, muito real nos países do Terceiro Mundo e a absorção das novas tecnologias não será um processo imediato e amplo. Ao contrário, tenderá a se fazer de forma seletiva e localizada, criando, provavelmente, áreas avançadas em meio a bolsões de pobreza. Quadro esse que não difere muito da realidade atual, mas que pode conter em seu bojo formas talvez mais perversas de desigualdade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma reflexão sobre a possibilidade de análise das transformações do espaço urbano, em face da incorporação de novas tecnologias, indica dois caminhos a percorrer. De um lado, a avaliação das mudanças que ocorrem no âmbito da própria empresa, em termos de padrões de localização e demanda espacial. De outro, a análise dos reflexos e das novas tendências em relação ao usuário: mudanças de hábitos, alterações nas formas de acesso aos serviços, na intensidade dos deslocamentos, etc.

Tendo em vista essa perspectiva, a escolha do setor bancário parece-nos a que mais se adapta a essa primeira aproximação do tema, já que permite abordar simultaneamente ambos os segmentos afetados pela incorporação tecnológica, empresa e usuário do sistema.

Nessa linha, a escolha da instituição bancária a ser pesquisada leva-nos, pelo menos num primeiro momento, a incluir um banco estatal e outro privado, permitindo, dessa forma, uma comparação entre dois sistemas que apresentam diferenças básicas em suas estruturas e serviços.

Enfim, a possibilidade de pesquisa que se apresenta tem como objeto empírico a análise das transformações em curso, pela incorporação de novas tecnologias. Supõe a identificação das mesmas e seus efeitos sobre o espaço. Além disso, e na medida em que o espaço transformado não há de referir-se apenas às empresas, coloca-se a indagação sobre como uma diferente organização (e gestão) do trabalho afetará a relação da sociedade não apenas com o seu espaço de produção, mas também com o seu espaço de vida.

BIBLIOGRAFIA

- AYDALOT, Philippe. Contribution à l'Analyse de la Division Spatiale du Travail. In: I SEMINÁRIO DE ECONOMIA REGIONAL E URBANA. São Paulo: FIPE/PEA/BID, 1979. (Anais).
- BENAKOUCHE, Rabah & BARBOSA, Cícero. *Informática Social*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- CARRION, Otilia B.K. & DEBIAGI, Moema C. Novas Tecnologias e Organização do Espaço. In: OLIVEIRA, Naia & BARCELLOS, Tanya. (org.). *O Rio Grande do Sul Urbano*. Porto Alegre: FEE, 1990.
- CASTELLS, Manuel. Mudanças Tecnológicas, Reestruturação Econômica e a Nova Divisão Espacial do Trabalho. *Espaço & Debates*. São Paulo: NERU, v.6, n.17, p.5-23, 1986.
- FINQUELIEVICH, Susana & LAURELLI, Elsa. Innovación Tecnológica y Reestructuración Desigual del Territorio: Países Desarrollados - América Latina. *Revista Interamericana de Planificación*. Guatemala, v.23, n.89, p.191-222, ene./mar., 1990.
- LIPIETZ, Alain. *Miragens e Milagres: Problemas da Industrialização no Terceiro Mundo*. São Paulo: Nobel, 1988.
- _____. *Fordismo, Fordismo Periférico e Metropolização*. *Ensaio FEE*. Porto Alegre: ano 10, n.2, p.303-35, 1989.
- LIPIETZ, Alain & LEBORGNE, Danielle. O Pós-Fordismo e seu Espaço. *Espaço & Debates*. São Paulo: NERU, v.8, n.25, p.12-29, 1988.
- PIORE, Michael. Inovações Tecnológicas e o Impacto Sobre a Cidade. *Espaço & Debates*. São Paulo: NERU, v.7, n.21, p.5-7, 1987.
- PIORE, Michael & SABEL, Charles. *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*. New York: Basic Books, 1984.
- RATTNER, Henrique. *Impactos Sociais da Automação: o Caso do Japão*. São Paulo: Nobel, 1988.
- _____. O Novo Paradigma Industrial e Tecnológico. In: *IDÉIAS PARA MODERNIZAÇÃO DO BRASIL*. São Paulo, dez. 1988a. (Forum Nacional).
- SCOTT, Allen & STORPER, Michael. Indústria de Alta Tecnologia e Desenvolvimento Regional: uma Crítica e Reconstrução Teórica. *Espaço & Debates*. São Paulo: NERU, v.8, n.25, p.30-44, 1988.
- TAUILÉ, José R. Novos Padrões Tecnológicos, Competitividade Industrial e Bem-Estar Social: Perspectivas Brasileiras. *Revista de Economia Política*. São Paulo: Brasiliense, v.9, n.3, p.43-67, jul./set. 1989.
- VIRILIO, Paul. *L'Espace Critique*. Paris: Christian Bourgois, 1987.

ABSTRACT

SPATIAL EFFECTS OF BANKING AUTOMATION PROCESS

In this article, the technological matter is approached under space analysis angle. In the first place, the context in which changes on general constitution of the territory have been occurred, on account of increasing annexation of new technologies is investigated. Then, some considerations on most likely space impacts, in city range, resulting from the enhancement of banking automation process are made.